

21 JAN 1998

# Reinventar a roda

José Carlos de Azevedo

Educação

A entrega de diploma de doutor honoris causa concedido pela Universidade de Cambridge ao presidente Fernando Henrique foi presidida pelo príncipe Phillip, esposo da rainha Elizabeth, porque é ele o reitor daquela universidade. Na Inglaterra, os reitores são membros da família real ou escolhidos pela rainha, devido ao respeito que a educação merece nesse país e ao reconhecimento de sua importância.

Aqui nesta Pindorama, terra de muitos morubixabas e poucos índios, os reitores são "eleitos pela comunidade" porque, dizem os bonzos da alta pedagogia, é essa uma prática democrática; na realidade, é exemplo da omissão nacional diante do mais grave problema brasileiro, a falência da educação. Tal democratite estendeu-se a outros níveis e até alunos de escolas do 1º Grau elegem seus diretores; mais ainda, membros do CNE, antigo CFE, são indicados por entidades classistas e daí surgiu sua separação em duas alas, a dos privatistas e a do Comando Vermelho, que cria dificuldades para o ensino particular e,

em ilustrado pedagogês, produz retórica oca sobre as virtudes do ensino público, como se fosse racional distinguir um do outro.

A questão educacional brasileira é muitíssimo mais grave do que insinuam. Somos um país de analfabetos, com uma multidão de alunos fora das escolas. A taxa de escolarização no 1º Grau, que andava em menos de 40% há uns trinta anos, ultrapassou os 90% no início dos anos 80 e empacou devido aos tais grotões da miséria no Nordeste que, com tanto engenho e arte, continuarão a existir per omnia secula saeculorum. Para essa população do 1º Grau, uns 34,5 milhões de alunos, deveríamos ter uns doze milhões no 2º Grau, mas nem chegamos a quatro milhões. O mínimo que deveríamos ter, para aquela população inicial, seria 1/3 de 1/3, ou seja, uns 3,5 milhões de universitários, mas nem chegamos à metade disso. É esse o déficit educacional brasileiro, avaliado modestamente: uns doze milhões de pessoas fora da escola.

Todos os governos brasileiros atri-

buem "prioridade à educação", mas, a julgar pelos resultados, não souberam fazer o dever de casa ou não o entenderam. Supor que a questão se resolve garrunchando uma LDB é confundir alhos com bugalhos, em particular quando se trata do besteirol em vigor, texto declaratório e rebarbativo que remete a educação nacional ao princípio do século. No estágio atual, nenhum país que se preze tem leis de tal natureza, simples exibicionismo vazio, oco.

Corrigir a educação exaure-se em criar condições de trabalho para professores e alunos: valorizar a carreira do magistério apenas em função do mérito intelectual; pagar salários que a façam atrativa e garantir aos que a exercem condições condignas, também exigidas para o constante aprimoramento intelectual; e manter bibliotecas e laboratórios atualizados, à disposição de alunos e professores. Cabe a estes, e não ao Estado, definir o que ensinar e o que é melhor. E avaliar os alunos ao longo do curso, como fazem todos os países, talvez desde antes da criação da primeira

universidade, Jondishapur, em Ahwaz, na antiga Pérsia, hoje Irã, no século III. Aliás, até havia na Pérsia a experiência de campus avançado, sete ao todo criados por Nezam Al Muk, no império Seljuk, no século XI. É inconseqüente avaliá-los depois que podem fazer estragos protegidos por lei e é despautério promovê-los sem mérito, para embelezar estatísticas governamentais.

Em educação, que pode ser oferecida por satélite, em Braille, por computador, teve ou correspondência, ou até perambulando como fazia o grego famoso, nada há de novo, além de bugigangas eletrônicas. O que importa são a valorização dos mestres e alunos, as condições de trabalho e, em todas as situações, a prevalência do mérito e não da politicalha pro domo sua. O resto, é reinventar a roda ou, diziam os romanos, *res de lana caprina*, questão de lã de cabra. Ditado fadado ao desuso, depois que clonaram a Dolly.

■ José Carlos de Almeida Azevedo, ex-reitor da Universidade de Brasília, é PhD em Física pelo MIT